

## QUANDO NOVOS CONCEITOS ENTRARAM EM CENA: HISTÓRIA INTELLECTUAL DO “POPULISMO” E SUA INFLUÊNCIA NA GÊNESE DO DEBATE BRASILEIRO SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS

When new concepts came on the scene: the intellectual history of “populism” and its influence on the genesis of the Brazilian debate on social movements

Cuando nuevos conceptos entraron en escena: historia intelectual del “populismo” y su influencia en la génesis del debate brasileño sobre movimientos sociales

JOSÉ SZWAKO<sup>I\*</sup>

RAMON ARAUJO<sup>II\*</sup>

Para Maria Célia Paoli, *in memoriam*

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942019000200008>

---

<sup>I</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

\* Professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ e Pró-Cientista UERJ. Organizou “Ensaio de História Intelectual do Paraná” (Ed. UFPR) e “Movimentos Sociais e Institucionalização” (EdUERJ). (zeszwako@hotmail.com) ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4764-6533>.

<sup>II</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

\*\*Doutorando em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ. (ramontorresaraujo@gmail.com) ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9448-6405>.

Artigo recebido em 11 de fevereiro de 2019 e aceito para publicação em 26 de junho de 2019.

## RESUMO

O texto segue a trajetória da produção de F. Weffort sobre o chamado “populismo” e mostra seus efeitos no debate dos “movimentos sociais urbanos” e também dos “novos personagens em cena”, defendendo uma história intelectual centrada em ideias e nas tensões entre intelectualidade e expectativas políticas. A observação de inflexões e continuidades na tese populista permite chegar a dois resultados. A miríade de conceitos que marcou, em parte, a gênese da discussão brasileira sobre movimentos sociais nasce como crítica e adesão à herança weffortiana. Além disso, o artigo mostra que os novos conceitos não se gestam em algo como um “campo acadêmico”, e sim nascem de inspirações e influências daquele conjunto de intelectuais e das apostas por eles forjadas em seus núcleos na sociedade civil (o Cedec, no caso) ou nas relações com outros atores civis e partidários.

**PALAVRAS-CHAVE:** História intelectual; Movimentos sociais; Redemocratização.

## ABSTRACT

The text follows the trajectory of F. Weffort’s production of so-called “populism” and shows its effects in the debate of “urban social movements” (JA Moisés) and also of the “new characters on the scene” (MC Paoli and E. Sader), defending an intellectual history centered on ideas and tensions between intellectuality and political expectations. The observation of inflections and continuities in the populist thesis leads to two results. The myriad concepts that marked, in part, the genesis of the Brazilian discussion of social movements are born as criticism and adherence to the Weffortian heritage. Moreover, the article also shows that the new concepts are not created in an “academic field”, but are born of the inspirations and influences of that group of intellectuals and the bets they forge in their nuclei in civil society or in relations with other civil and partisan actors.

**KEYWORDS:** Intellectual history; Social movements; Redemocratization.

## RESUMEN

El texto sigue la trayectoria de la producción de F. Weffort sobre el llamado “populismo” y muestra sus efectos en el debate de los “movimientos sociales urbanos” (JA Moisés) y también de los “nuevos personajes en escena” (MC Paoli y E. Sader), defendiendo una historia intelectual centrada en ideas y en las tensiones entre intelectualidad y expectativas políticas. La observación de inflexiones y continuidades en la tesis populista permite llegar a dos resultados. La miríada de conceptos que marcó, en parte, la génesis de la discusión brasileña sobre movimientos sociales nace como crítica y adhesión a la herencia weffortiana. Además, el artículo muestra que los nuevos conceptos no se gestan en algo como un “campo académico”, sino que nacen de inspiraciones e influencias de aquel conjunto de intelectuales y de las apuestas por ellos forjadas en sus núcleos en la sociedad civil o en las relaciones con otros actores civiles y partidarios.

**PALABRAS CLAVE:** Historia intelectual; Movimientos sociales; Democratización.

*A essência das massas trabalhistas e populistas é, antes,  
a consciência de massa que a consciência de classe.*

Ianni, 1968

*Os que duvidavam (ou ainda duvidam) da capacidade  
dos trabalhadores de se organizarem politicamente  
estão sendo obrigados a reconhecer que o PT  
é hoje uma realidade nacional.*

Lula, 1982

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

A partir de fins dos anos 1970, as ciências sociais brasileiras viveram uma reviravolta cognitiva que, embora discreta, deixou marcas até hoje insuspeitas. O povo, ou melhor, suas histórias, lutas, associações e experiências entravam na agenda de pesquisa de historiadores e cientistas sociais do Brasil sem data para sair. Não mais as massas, mas o povo, o que incluía operários, classes populares, movimentos populares ou urbanos – personagens dotadas de razão, cuja ação tinha sentido próprio. Foi nessa atribuição de racionalidade que consistiu aquela reviravolta. Todo um desconforto intelectual com o dito atraso e a alegada falta de consciência dessas personagens, supostamente manipuladas por figuras e sindicalismos populistas, foi criticado, e sua história, desde então, recontada.

Essa mudança cognitiva ficou selada na tensão entre duas obras: *Quando novos personagens entraram em cena* (Sader, 1988) e *A arte da associação* (Boschi, 1987). Entre ambas as publicações e antes delas, desfilaram categorias de análise e acusação como nacionalismo, basismo, elitismo, politicismo, espontaneísmo e autonomismo, que demarcavam uma oposição entre as análises e nos legaram um debate sobre movimentos sociais.

Este texto faz uma história intelectual dessas ideias e heranças,<sup>2</sup> de suas forças e apostas, que conformaram esse espaço de reflexão com objeto próprio de análise, de forma a demonstrar a emergência de novos conceitos por meio de rupturas e continuidades face à herança do debate populista nas análises dos movimentos urbanos e dos novos personagens.

Nosso estilo de história intelectual se inscreve em dois registros: um negativo e outro positivo. Quanto ao primeiro, opõe-se àquela sociologia contextualista centrada em biografias, estratégias e investimentos institucionais, mais propriamente, à versão da história das ciências sociais no Brasil na ponta desse contextualismo (cf. Miceli, 1989),<sup>3</sup> para colocar no centro

da análise modos de pensar ou famílias de argumento (Brandão, 2005). A ênfase aqui recai sobre as disputas de ideias e ideais textualmente expressos e entendidos como forças sociais reflexivas (Bastos e Botelho, 2010), bem como sobre debates e embates distinguidos por empréstimos e cortes intelectuais operados entre linhagens e grupos – sendo grupos, debates e conteúdos organizacionalmente mediados (Santos, 2017).

As ressalvas àquele contextualismo são de duas ordens interligadas: a dissociação, a nosso ver, inapropriada entre vida política e vida intelectual, e uma teleologia implicada em suas categorias fundamentais e mais amplamente aceitas. A verve biográfico-estratégica do contextualismo impede que se reconheça a conexão íntima, complexa e tensa entre política e produção intelectual (Pecaut, 1990), com prejuízo para a compreensão dos conteúdos em jogo na análise de uma produção desse naipe. Além de flertar com um tipo de utilitarismo de classe e simbólico (Bastos e Botelho, 2010), a ênfase na economia das estratégias e dos recursos investidos em conversões institucionais disciplinares carrega, ao desligar política e pensamento, um impensado teleológico em cujo horizonte parecem estar noções correlatas à bourdieusiana de “campo”.<sup>4</sup>

Para o que aqui nos interessa, tal postura é apreensível nas análises que, tendo coroado um modo específico e paulistano de prática de pesquisa, confundiram a história desses agentes não só com instauração da ciência verdadeira e puramente sociológica – porque em tese desatrelada da ação política e do Estado, estilo e estigma atribuídos a cariocas –,<sup>5</sup> mas também com o ápice e centro de um tal campo da disciplina sociológica.<sup>6</sup> Essa saga das instituições e dos heróis da ciência institucionalizada cobra preço alto na autocompreensão de nossas ciências sociais e dos ritmos dessa história. Exemplo disso tem sido o volume do esforço de revisão necessário para criticar e desfazer a periodização imposta aos autores do pensamento brasileiro e seus supostos ensaísmo e caráter pré-científico (Santos, 2017; Schwarcz e Botelho, 2011)

No contexto histórico que nos cabe neste artigo, tal teleologia tem implicações não menos graves, pois, da segunda metade dos 1970 até o fim da década seguinte, dois processos transcorrem ao mesmo tempo: nossa última redemocratização e a robusta institucionalização da pesquisa em ciências sociais. Uma vez fortalecidos os programas de pós-graduação, com associações concorrentes e solidárias pela instituição de posições e identidades, essa institucionalização seria prova de que, após décadas de saga, conquistamos nosso mercado simbólico próprio, um espaço real e relativamente autônomo, com lógicas e disputas próprias, padrões, métodos e interesse *sui generis*. Enfim, um campo para chamar de nosso – tornado retrospectivamente *doxa*: “[nos] anos 1970/80, uma parte do campo intelectual brasileiro, composta por cientistas sociais vinculados à esquerda, passou a dedicar-se ao estudo dos movimentos populares” (Perruso, 2010: 250).

A menção à esquerda trai certa pureza do campo e denota não uma distância acadêmica, e sim conexões refletidas em vínculos de natureza político-ideológica. Partindo do entendimento hifenizado da atividade intelectual como político-intelectual, a postura interpretativa aqui proposta não poderia nutrir uma categoria como a de campo, que, por definição, sublinha autonomia e processos de autonomização. Tomamos antes estilos e modos de pensar academicamente informados como atalhos entre política, intelectuais e suas apostas. Trata-se de destacar, nesta versão da história de nossas ciências, os diferentes “modos intelectuais de se relacionar com a realidade que subsumem até mesmo os mais lídimos produtos da ciência institucionalizada” (Brandão, 2005: 236).

Assim, autores, debates e textos são aqui lidos por sua filiação ou lógica acadêmica e, ao mesmo tempo, por seus laços com organizações civis e partidárias envolvidas em outras arenas intelectuais de disputa,<sup>7</sup> não raro em variadas e permanentes formas de relação com a universidade.

Para uma história intelectual dedicada à parte dos autores e das obras que, nas dinâmicas da transição democrática, passou da crítica ao populismo ao elogio à racionalidade popular, importa ainda a questão dos ritmos de institucionalização das ciências sociais. “Podemos tomar a abertura democrática (1985) para demarcar o início de uma terceira fase [...] de especialização, na qual esse processo avançaria muito no interior de cada uma das disciplinas” (Jackson e Barbosa, 2017: 230). Se, como pressupomos, vidas intelectual e política andam *pari passu*, a demarcação de uma fase por atributo exterior e cronológico das regras estatais do jogo recoloca a excessiva ênfase no aspecto propriamente universitário de nossa produção, desligando-a mais uma vez da ação e da luta políticas. Como veremos, a produção das ciências sociais e da história foi uma das principais forças em disputa nas lutas políticas e, sobretudo, discursivas travadas ao redor da redemocratização e por ela.

Nesses termos, embates e debates sobre quem eram os atores (se populares, sindicais, partidários etc.) e processos relevantes para forjar ou barrar a reconstrução democrática se encontravam, em 1985, já um tanto vertebrados, encontrando síntese posterior na oposição Sader/Boschi, e a tensão disciplinar entre ciência política, antropologia e sociologia teve na gênese do debate sobre movimentos sociais um de seus momentos mais férteis. Tais momentos, contudo, não foram marcados só pelo progressivo estabelecimento de fronteiras disciplinares cada vez mais claras (autônomas?), como também por apropriações de *insights* e categorias de áreas vizinhas, nas interlocuções entre as três áreas das ciências sociais e delas com a história e com certa filosofia pós-marxista, permeados por empréstimos entre autores e grupos afinados por apostas político-normativas (e partidárias) relativamente convergentes.

Subjacente à crítica desse contextualismo, vive-se uma história intelectual centrada em ideias e conteúdos, em compartilhamentos e disputas de sentido. Trata-se aqui de entender, com base em variados *topoi*, “de que modo a realidade social aparece estruturada na percepção dos analistas sociais? Particularmente, como [eles] veem o desdobrar da disputa política” (Santos, 2017: 147). A filiação a tal postura pretende duplo ganho heurístico. Evita, de saída, encerrar a produção intelectual de outrora em rótulos anacrônicos ao dispor o desenvolvimento das ciências sociais em plano analítico seguido, com continuidades e descontinuidades, àquele do pensamento social e político brasileiro sem relegá-lo ao ensaísmo ou à ideologia. Da mesma forma, permite destacar dilemas e desafios recorrentes ao longo da história e quadros interpretativos a respeito da luta e da agenda políticas, que compõem parte central dos valores de dada cultura cívica, seus grupos e classes. Do ponto de vista metodológico, inspira-nos uma história intelectual remetida a controvérsias e disputas, voltada a padrões de interpretação, seus conteúdos e raciocínios – não raro divorciados em aparência, porém cognitivamente íntimos (Santos, 2017).

Análises e ideias, no entanto, fazem mais do que falar sobre o social e o político; elas ultrapassam o espaço das representações a respeito dos conflitos. Como forças reflexivas institucional e organizacionalmente mediadas, os modos intelectuais de operação são “formas de pensar que contêm modelos de sociedade e de Estado distintos e *práxis* relativamente diferenciadas” (Brandão, 2005: 259). Isso significa que a produção intelectual, em geral, veicula apostas e aspirações sobre o social e o político, todo um leque de expectativas que carregam uma tensão vital entre o ser e o dever ser, a coisa e o modelo.

Nossa análise proposta é assim de veia simultaneamente cognitiva e politizada. Este estilo de história de ideias e ideais intelectuais, “ao abrir mão de uma compreensão limitante e autonomizada de ‘campo acadêmico’, observa a disputa pela interpretação [...] dos movimentos sociais na redemocratização como índice das disputas mais amplas pelos rumos e significados dessa mesma redemocratização” (Szwako, 2012: 188).

A hoje célebre afirmação de Francisco Weffort em *Por que democracia?* é sintomática do laço político-intelectual e de apostas e disputas então em jogo.

Queríamos ter uma sociedade civil, precisávamos dela para nos defender do Estado monstruoso à nossa frente [...], se não existisse, precisaríamos inventá-la. Se fosse pequena, precisaríamos engrandecê-la [...]. É evidente que, quando falo aqui de “invenção” ou de “engrandecimento”, não tomo estas palavras no sentido de propaganda artificiosa. Tomo-as como sinais de valores presentes na ação política, e que lhe conferiam sentido exatamente porque a ação pretendia torná-los uma realidade” (1989 [1983]: 518).

Esse elogio à sociedade civil e a aposta nela constituíram, porém, um dos últimos momentos da história intelectual aqui recontada. Antes disso, foi preciso consagrar a tese populista, aceitar e criticar parte de seus pressupostos, para apenas daí, com essa dupla adesão e crítica, ser capaz de ver ação, sentido razoável e certo simbolismo nas ações e nas mobilizações das classes populares. Vejamos, pois, como categorias e nuances do chamado populismo se cristalizaram como um dos pilares do debate contemporâneo sobre movimentos sociais.

## SOBRE POPULISMO: DEBATES E DOIS TEMPOS DE ANÁLISE EM WEFFORT

Embora o populismo como tema e objeto de preocupação de nossas ciências sociais anteceda as décadas de 1960 e 1970, tendo ocupado parte da agenda dos isebianos e seus dilemas expressos nos *Cadernos do Nosso Tempo* (Gomes, 2001; Hollanda, 2012), a reflexão mais influente e sistemática sobre o tema encontrou em Weffort seu mais importante teórico no Brasil (Gomes, 2001: 29). As raízes teóricas e as gerações de intelectuais que inspiraram a produção de Weffort à época são várias. De um lado, situava-se a produção de sociólogos então ligados à Universidade de São Paulo, como Simão, Lopes e Rodrigues – entre outros, como Touraine, em diálogo com a sociologia uspiana –, cujas pesquisas em geral tratavam das relações entre classe operária, formas sindicais de organização, Estado e desenvolvimento. De outro, as críticas dirigidas por Oliveira, Conceição Tavares e Serra a certo economicismo do pensamento cepalino também influenciaram Weffort.<sup>8</sup> Além desses, antes mesmo da criação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), a interlocução prolongada com Cardoso, Singer e Ianni também deixou marcas recíprocas<sup>9</sup> nas teorizações sobre o populismo.

A primeira dessas marcas pode ser vista em *Política e revolução social no Brasil* (1965), que teve Ianni como organizador e contou com contribuições de Cohn, além dos próprios Ianni, Weffort e Singer. Na obra se encontram alguns dos principais temas que, por longo tempo, rondarão a imaginação acadêmica sobre o Brasil pós-1930. À massa despolitizada (Singer, 1965: 70) correspondem políticos e partidos clientelistas e burgueses, cujo exemplo mais completo teria sido Vargas e sua política de clientela, sobretudo com o proletariado urbano pós-1930, imaturo, haja vista que a notável experiência de um proletariado emigrante europeu havia se dissolvido nas transformações da estrutura demográfica e ocupacional da classe (Ianni, 1965: 35).

Assim, em plano político ou social – este determinando aquele – se dá a continuidade da solução de compromisso herdada do Estado Novo, e no pós-1945 os componentes marginais da classe operária, que formam a massa, permanecem disponíveis para a manipulação política

pelo populismo (Cohn, 1965). Disponibilidade, imaturidade, falta de consciência e massificação são algumas das noções que permeavam o dicionário explicativo do marxismo uspiano. Esses pensamentos reúnem pistas de como uma parte do imaginário acadêmico interpretava não só o passado do país e nele a desventura das classes trabalhadoras (e *malgré tout* sua potência revolucionária),<sup>10</sup> mas também como aquele passado pesava, de modo mais ou menos irremediável, em 1961 e 1964.<sup>11</sup>

É com referência aos dilemas políticos pré e pós-1964 que os três principais escritos do primeiro Weffort, para dizê-lo de algum modo, serão aqui lidos. Embora sua redação date de 1963, "Política de massas" foi originalmente publicado junto com os artigos de Singer e Cohn em Ianni (1965). Já os outros dois, "Estado e massas no Brasil" e "O populismo na política brasileira", saíram em 1964 e 1967, para os públicos argentino e francês, respectivamente. Juntos, os três ensaios correspondem à primeira parte do livro homônimo *O populismo na política brasileira*, publicado apenas em 1978.

Os textos da segunda fase de Weffort tratam da produção posterior a 1968, em particular *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco* (1972), *Origens do sindicalismo populista no Brasil* (1973) e as três partes de *Democracia e movimento operário* (1978b; 1979a; 1979b). Note-se, porém, que a divisão entre um primeiro e um segundo Weffort não pressupõe qualquer padrão de ruptura ou continuidade entre esses dois tempos de análise – padrão, de resto, a ser textualmente averiguado. Tal caracterização segue nossa hipótese de que a produção intelectual é bem compreendida por referência não a um campo alheio à política, mas a discussões, tensões e temporalidades político-intelectuais nas quais se enredam os autores, seus ideais e grupos.

A concepção de populismo que atravessa os textos de Weffort da década de 1960 está alinhada pelo par "crise de hegemonia" e "política de massa". Bem ao modo de *O 18 Brumário*, desde o varguismo, a dupla incapacidade política, tanto burguesa quanto proletária – de dominar politicamente as demais classes ou de se contrapor à dominação burguesa –, teria tido como efeito a subordinação e a adesão das massas populares, então recém-urbanizadas, a um chefe. No centro desse arranjo, setores urbanos e grupos agrários dominantes estabelecem uma situação de compromisso na qual, apesar da liquidação da lógica oligárquica do pré-1930, nenhum grupo detém exclusivamente o poder político (1978: 53-ss).

Embora haja nuances e ambiguidades implicadas no chamado pacto populista, todo o período entre 1930 e 1964 é descrito como um momento no qual o líder era o Estado, que, como tal, entrava "em contato direto com os indivíduos reunidos na massa" (1978: 28).<sup>12</sup> Para um só e mesmo fenômeno, que se institucionaliza e, desde 1945, se alastra, vários rótulos.



Ademarismo, queremismo, janismo e janguismo são versões nuançadas da mesma lógica populista – incluindo o sistema partidário –,<sup>13</sup> sendo que a crise e o golpe de 1964 são, nesse diapasão, o esgotamento daquele pacto, seu colapso, como dizia Ianni.

O estatuto dado aos setores urbanos ou às massas populares no raciocínio da tese populista é ambivalente. Por um lado, a manipulação por parte do líder político em relação a elas nunca foi absoluta, pois dinâmicas e trocas entre líder e massa permitiram também a canalização e a expressão de insatisfações populares (1978: 70-ss). Assim, porquanto nenhuma classe encontra respaldo direto no Estado, o chefe político depende, nessas condições de uma espécie de vazio político, da legitimação das massas. No entanto, por outro lado, a emergência política dos setores urbanos e de seus interesses é resumida à “submissão a um senhor, a uma chefia que lhe é imposta pelas condições da luta política que [...] se move pelos interesses de outras classes” (1978: 30). Quer dizer, a massa se expressa politicamente apenas na medida em que, e porque, é politicamente manipulada – as massas “são a raiz efetiva do poder”, mas nessa mesma condição não passam de massa de manobra (1978: 60).

Apesar da posição ambivalente na equação manipulação-canalização, é o primeiro lado do par que tira nuance e dá o tom da adjudicação dos setores urbanos na tese weffortiana. Longe de destacar a vocalização de preferências, a ênfase na descrição das massas recai sobre deficiências e ausências de várias ordens. Dadas a industrialização e a urbanização vividas no país, o contingente de população vinda do campo experimenta condições de escassez e insatisfatórias de vida e trabalho que lhes colocam numa situação de disponibilidade política (1978: 60).

Nessa configuração modernizada, a massa é sinônimo de vários setores urbanos, de indivíduos reunidos e de múltiplas formas de situação ecológica que, juntas, tendem a dissolver os vínculos com os padrões tradicionais sem chegar a formar propriamente uma classe graças àquela composição social heterogênea – fator que, por sua vez, impede tanto uma ação política quanto uma identidade de classe homogêneas:

É particularmente notória [a heterogeneidade] quando nos referimos àquelas classes que teoricamente deveríamos designar como proletárias, em via de proletarização ou assimiláveis ao proletariado: operários industriais, agrícolas, operários-urbanos não industriais; trabalhadores urbanos por conta própria ou rurais não-assalariados; pequenos assalariados do comércio e dos serviços, etc. Entre esses diferentes setores (e no interior de cada um deles) são notáveis as diferenças com relação a condições de vida, relações de trabalho, situação ecológica [...]. Ademais, é duvidoso que se possa tomar qualquer desses setores, como um grupo politicamente homogêneo com a possível exceção dos operários industriais no que se refere ao comportamento sindical (Weffort, 1978: 80).

É dessas múltiplas faltas que se valem o populismo e o populista, pois as relações massa/líder são predominantemente individuais, e nelas o conteúdo de classe não se manifesta de modo direto (1978: 81). Sob a tutela do líder carismático, a massa mostra seu irracionalismo (1978: 37). Assim, sem formação nem perfil de classe, sem conteúdo nem consciência de classe, a massa urbana brasileira é, para retomar Marx, nosso saco de batatas. Nesse diapasão, ao reivindicar discursivamente o povo, como se ouve nos apelos populistas, diz-se que o Estado encobre as contradições de classe, age como suposto árbitro das diferentes classes, impedindo a identificação dos interesses reais das classes populares (1978: 55 e 81) e reivindicando a representação de um social nacional unificado.

De modo inverso, a relação mantida pela fração mobilizada dos trabalhadores com o Estado, nos sindicalismos ou em associações populares, é lida como uma sorte de anexo, já que os trabalhadores seguem tanto as regras dos seus líderes quanto o destino destes, a exemplo de 1964 (1978: 19; 57).

Esse diagnóstico negativo do pacto populista e dos setores urbanos nele pode ser mais bem compreendido se inserido no bojo de suas disputas político-intelectuais, isto é, das apostas teórico-políticas e dos adversários com e contra os quais se situa a tese populista. Conquanto não seja em qualquer momento explicitada, a aposta subjacente à produção dos textos da década de 1960 tem lógica revolucionária – condições estruturais (herança rural, heterogeneidade, disponibilidade etc.) levaram à conformação de massas com potencial, no máximo, para uma revolução individual (1978: 84).

O populismo é a forma política e ideológica que conduz à traição (1978: 35) da vocação revolucionária irrealizada e projetada, para dizê-lo de algum modo, sobre uma não classe. É com referência a tal aposta, impossibilitada pelo pacto populista, que ganha sentido o tom crítico dirigido à situação de compromisso entre frações de classes e a um caráter de anexos do Estado atribuído aos sindicalismos.

Os adversários intelectuais dessa aposta são nítidos: os assim chamados ideólogos do nacionalismo (1978: 16).<sup>14</sup> Ou seja, os intelectuais do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), posteriormente agrupados no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), eram acusados de fazer uma exaltação nacionalista do povo, confundindo o sentido real da participação das massas (1978: 16). Classe e povo são os epítomes categoriais da forma pela qual cada um dos lados dessa disputa interpretativa empreendeu seu prognóstico do cenário sociopolítico brasileiro pré-1964. No horizonte de paulistas e cariocas, duas apostas operavam como atalho entre teoria e política: luta de classes e revolução, de um lado, e aliança de classes e progresso, de outro (Ferreira 2001b; Holanda, 2015).

Se, no entanto, essas interpretações divergiam no nível prognóstico de qual era o horizonte em disputa e de como chegar até ele – se pela aliança de classes ou pela sua superação –, no âmbito diagnóstico as coisas não parecem tão simples, pois boa parte da produção carioca, tanto no Ibsp quanto no Iseb,<sup>15</sup> teve também o populismo como alvo (Gomes, 2001). A leitura, por exemplo, da falta de uma mentalidade classista que caracteriza as gerações de trabalhadores com tradição de luta poderia ser atribuída a Weffort ou a qualquer uspiano de boa cepa da mesma geração, porém é de autoria de Ramos (1961: 56). É igualmente da massa que se trata nos *Cadernos do Nosso Tempo* – esse conglomerado multitudinário de indivíduos, essa expressão confusa e primária de aspirações instintivas (Ibsp, 1954: 142).

O diagnóstico weffortiano, como vimos, não está muito longe das conclusões de seus adversários, para quem a “massa é pura amorfia” (Hollanda, 2015: 629). Mas não é só quanto ao déficit de racionalidade da massa que cariocas e paulistas compartilham traços de seus respectivos diagnósticos. Soma-se a isso uma crítica comum dirigida ao moralismo das bases eleitorais e da retórica de representantes populistas. Enquanto teóricos do Ibsp criticam a limitação da mentalidade moralista instrumentalizada por legendas como Partido Democrata Cristão (PDC) e Partido Socialista Brasileiro (PSB), segundo a qual “tudo depende de os homens que dirigem os acontecimentos serem considerados bons ou maus” (1954: 152), Weffort enfatiza a função mistificadora do moralismo na produção ideológica, sintetizado na fórmula o tostão contra o milhão, da campanha de Jânio Quadros para a prefeitura de São Paulo (1978: 36-ss).

Como se nota, a tese do populismo expressada nos textos da década de 1960 extrai, das relações tecidas em sua configuração político-intelectual, as chaves cognitivo-políticas pelas quais interpreta pré-1964 e 1964. Ao mesmo tempo que compartilha com seus adversários acusados de nacionalistas parte do diagnóstico de mazelas e faltas das massas brasileiras, Weffort as enquadra na moldura de um marxismo de corte estrutural, à la Ianni e Singer, colocando, porém, crise de hegemonia/situação de compromisso no centro da análise.

Ainda que a ideia de manipulação seja eventualmente matizada,<sup>16</sup> apontando para alguma ambiguidade do pacto populista, as massas nele pressionam e participam, mas não passam de oposições domésticas (1978: 23; 43). Em função talvez da apropriação singular de *O 18 Brumário*, a produção de Weffort carrega distintiva *estadofobia*<sup>17</sup> – no populismo, o Estado é concebido como entidade independente; ideologias (nacionalistas, desenvolvimentistas) alimentam o mito de um Estado do povo, sem diferenciações de classe; e, quando em 1961 esse arranjo começa a ruir, todos, à esquerda e à direita, se orientam pela crença num Estado superior e soberano (1978: 64-65).

Se não é exclusiva da reflexão weffortiana, essa noção de Estado entendido como encobrimento de contradições, divisões e representação (mítica) invertida da dominação de classe fez, e segue fazendo,<sup>18</sup> escola no pensamento uspiano contemporâneo.

Em contraste com os textos dos anos 1960, a produção weffortiana da década seguinte opera uma inflexão na qual o primeiro plano da análise é tomado não mais pelo pacto populista, mas por seus atores, por escolhas e aporias desses atores, bem como pelo seu papel como operadores da reprodução ou da superação daquele pacto. A análise das greves de 1968 dá exemplo eloquente disso, pois “os movimentos de Contagem e Osasco representam, em graus diferentes, um mesmo processo de ruptura interna do sindicalismo populista” (1972: 87). Sem prejuízo das estruturas, a ênfase nos atores, tanto em *Origens do sindicalismo populista* quanto em *Democracia e movimento operário*,<sup>19</sup> é central nesse segundo Weffort, para quem a análise histórica requer a das conjunturas nas quais o movimento social realiza suas opções (1973: 69). Passa-se, assim, a criticar as visões que obscurecem “as margens de liberdade e, portanto, de responsabilidade dos protagonistas pelo rumo tomado pelos acontecimentos” (1978b: 9).

Coerente com tal inflexão, a análise agora conjuga os pares massa/líder e situação de compromisso/crise hegemônica com a ação de partidos, sindicatos e trabalhadores na confecção daquele compromisso e na sua ruína em 1964. Poucos agrupamentos escapam à crítica. Udenistas, liberais, nacionalistas de esquerda e de direita, tenentistas – todos são escrutinados, mas são os “comunistas [que] sofrem nas mãos de Weffort” (Reis, 2001: 368).

A proeminência agora dada a atores e escolhas é circunscrita por uma reflexão de fundo sobre sua orientação política. Contra economicismos e sociologismos (1973:70), o autor não vê escolhas como epifenômenos do populismo ou das ideologias nacionalistas; ele as vê, antes, como índice de liberdade e autonomia dos sindicalismos, bem como de seu grau de dependência/independência. “[C]omo poderia haver liberdade efetiva para os sindicatos sem desligamento do Ministério do Trabalho?”, indaga-se Weffort (1973: 85), enxergando no pós-guerra uma contradição, pois o que o Partido Comunista Brasileiro (PCB), por meio do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), “buscava não era a autonomia das organizações em nome dos interesses da classe operária, mas um pouco mais de liberdade para melhor servir aos interesses políticos do governo”.

No que tange à interlocução e à crítica, ao mesmo tempo que segue a acusação de nacionalistas sobre os intelectuais do então extinto Iseb, rebaixado a aparelho ideológico de Estado (1978b: 10), as trocas e as inspirações mudam. Enquanto sobrenomes como Souza, Schmitter e Lamounier passam a comparecer positivamente no diagnóstico de Weffort, a

inspiração sociológica uspiana fica deslocada, em boa medida, por causa daquela inflexão que não acolhe mais o recurso à ideia de atraso. A explicação da tragédia do movimento operário deve ser procurada menos no atraso da classe operária que numa orientação persistente por parte de seus pretensos dirigentes em apoiar-se nesse atraso para suas próprias manobras políticas (1973: 71).

A que tragédia Weffort se refere? Tendo ido do populismo a seus atores, do regime aos sindicatos, o autor destacou em veia enfática o papel do PCB e de seus dirigentes nos rumos e nos destinos do sindicalismo brasileiro. Especialmente no pós-guerra, os comunistas teriam se subordinado a Vargas, à sua institucionalidade dita fascista corporativa e, adiante, a seus herdeiros políticos. Aos olhos de Weffort, o PCB deu nada menos que vida à estrutura sindical oficial (1973: 83). A caracterização do laço entre comunistas e poder político alterna entre colaboração de classes, aliança e adesão por parte dos primeiros, sendo considerado partido da ordem (1973: 80; 1979b: 16).

No que concerne à ideologia, a relação com os soviéticos não seria suficiente para explicar a disposição dos dirigentes comunistas a agir em nome da ordem e da tranquilidade, apertando o cinto em momentos de impulso grevista. Era um reformismo dos líderes, com certo viés de classe, que explicaria o não questionamento do Imposto Sindical – pedra de toque da heteronomia no quadro weffortiano – e sua ação mais orientada para fins e funções políticas do que econômicas. A situação trágica do sindicalismo residia, enfim, em que a liderança comunista era vista como “incapaz de organizar a classe operária de maneira autônoma” (Weffort, 1973: 81).

É com *Participação e conflito industrial* que o recurso à autonomia ganha peso em Weffort. Deslocada a ideia de atraso, nas greves de 1968, “o movimento operário não pode ser visto apenas como dependente da história da sociedade, mas também como sujeito de sua própria história” (1972: 10). Contagem e Osasco lhe trazem pistas de uma luta operária além do sindicalismo populista, por sugerirem esboços de formas alternativas, bem como orientação e organização; por sugerirem uma atitude de independência em face do Estado e das empresas (1972: 11).

Contagem fora exemplo de irrupção espontânea das massas operárias. A análise situa tanto greves organizadas quanto espontâneas num mesmo *continuum* e dentro de condições mais amplas que lhes preparam, a fim de sublinhar que a ação grevista, numa conjuntura dada e limitada, no caso mineiro

não foi prevista ou proposta quer pelas direções e “oposições sindicais”, quer pelas organizações de esquerda. Ela ocorreu como um ato espontâneo da massa operária e sua espontanei-

dade terminou por impor-se mesmo àqueles que [...] tentaram controlar, coordenar ou dirigir os acontecimentos.

[...]

Do ponto de vista das questões de organização, as greves espontâneas são sempre relevantes [...] porque indicam que as organizações (corporativas ou políticas) existentes são inadequadas ou insuficientes. Neste sentido, a espontaneidade operária representa, no essencial, um impulso para novas formas de organização. Da mesma maneira, a greve espontânea pode ser vista como representando uma forma embrionária da consciência social dos operários que no ato da greve abandonam sua costumeira posição de submissão e assumem uma atitude de resistência coletiva aos grupos dominantes. (1972: 22-24)

Assim, *Participação e conflito industrial* traz uma embocadura que não apenas circunscreverá, de modo analítico, a produção posterior de Weffort, como também inspirará a cognição (e a aposta) de toda uma geração de intelectuais. Junto com os índices de autonomia e independência, emerge a questão da espontaneidade dos operários e de sua consciência, não mais a falta dela, mas sua forma embrionária. Contagem e Osasco davam vazão àquela cognição estadofóbica. Enquanto no primeiro caso há uma espontaneidade quase pura, no outro é por vontade das organizações sindicais, por meio das comissões de fábrica – via participação de base (1972: 52) –, que eclode a greve. Esse último caminho organizacional, contudo, não macula seu potencial porque o sindicato de Osasco foi esboçando a própria concepção política sobre a sociedade e o Estado, terminando por representar para os operários, mais do que um sindicato, seu modo de expressão política.

A medida da análise aqui não está nos resultados imediatos de cada greve, mas na política dos envolvidos, incluindo-se negociação e repressão estatais. No caso mineiro, o perfil autêntico e espontâneo da massa de trabalhadores e do movimento grevista fora refreado por organizações comprometidas com a perspectiva do sindicalismo oficial. No caso paulista, onde o sindicato era central, a greve fora resultado da consciência nutrida pelas comissões de fábrica e de suas contradições internas. Recusando, à conclusão, uma ruptura entre independência sindical e herança corporativa, Weffort rejeita também a noção de que Osasco e Contagem seriam meros desvios de um padrão populista; afirma, antes, que ambos gestaram embriões de organização autônoma (1972: 90-92).

A crítica ao chamado sindicalismo populista e aos comunistas do PCB depois feita por Weffort (1973; 1978b) se dá à luz desse autonomismo. No entanto, o ano de 1978 traz uma reconfiguração político-intelectual capital. Se, de um ponto de vista mais amplo, a distância entre 1978 e 1973 coincide com o início da distensão e de maior liberdade política e civil no país, do ponto de vista das relações e das tensões intelectuais, é marcada pela saída, em 1976, de Weffort do Cebrap e por seu papel central na formação do Centro de Estudos de Cultura

Contemporânea (Cedec), cuja aposta era “perceber no presente os germes da mudança para uma sociedade democrática, articulada e participante” (Comissão Editorial, 1978, s/p). Na raiz desta aposta, o autonomismo. “Não há movimento operário independente sem democracia, e não há democracia sem movimento operário independente” (Weffort, 1978b: 7). É evidente o peso do argumento weffortiano na *Revista de Cultura Contemporânea* e no Cedec, que reunia nomes como Chaui, Sader e Moisés. Aquela estadofobia, por exemplo, ecoa obliquamente na Apresentação inaugural da revista:

Nosso ambiente [brasileiro] de criação da cultura esteve quase sempre ligado à expansão das funções estatais, contribuindo para favorecer um estilo de trabalho intelectual cujo protótipo mais recente é o tecnocrata [...]. Cumpre, nos dias que correm, criar as condições para o desenvolvimento da visão crítica do passado e do presente. (1978, s/p)

Traduzindo: criticar, na teoria e com efeitos na prática, o ‘passado populista’ foi a primeira missão autoproposta pelos intelectuais à gênese do Cedec. O texto que abre o primeiro volume da *Revista de Cultura Contemporânea* se autocompreende como ‘ajuste de contas’. “A questão [das relações entre democracia e movimento operário] é do presente, da história que se está fazendo e da que se tem para fazer, mas também é do passado” (Weffort, 1978b: 7). Autonomista e alternativo-democrático – era essa o duplo fundamento da visão de Weffort sobre movimentos e momentos de reorganização sindical e, logo adiante, partidária que marcaram o fim daquela década. Autonomista porque crítica da suposta ausência de uma perspectiva própria em relação ao problema da organização sindical (1978: 12).

Em tom antipecebista, ele denuncia também o imediatismo e o instrumentalismo dos comunistas, que teriam, ressoando Coutinho, dificuldade em aceitar ideais de liberdade e democracia como valores (1979a: 11). Contra um instrumentalismo da esquerda, cabia ao sindicalismo emergente forjar uma alternativa de esquerda que fosse além das exigências conjunturais (1979a: 10). Nessa via de mão dupla<sup>20</sup> que, entre 1978 e 1979, se tornaram os laços entre reflexão intelectual e autoimagem dos operários, os quais, em conjunto, deram vida ao Partido dos Trabalhadores (PT), a expectativa weffortiana era que, dada aquela mobilização e incorporada a crítica do passado, o que se pode pretender é que se tenha uma nova concepção de democracia a criar (1979b: 12), de maneira autônoma.

Democrática, articulada e participante era o tripé ideal da sociedade projetada pelos ce-dequianos. Nessa aposta, o eixo participacionista foi central e transparece na reação às críticas à participação e ao conflito industrial, segundo as quais essa análise seria simplista porque espontaneísta.<sup>21</sup> Em resposta, Weffort afirma que o então Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e os sindicatos oficiais eram organizações extremamente limitadas e que a participação

dos trabalhadores nelas não esgotava a questão da representação sindical, cujo dilema era criar alternativas organizatórias (1976: 154).

Informada pelos eventos ditos espontâneos de Contagem e Osasco, bem como informando a autoimagem de atores e mobilizações de fins dos 1970, a análise weffortiana trazia mais do que um ideal de sociedade; trazia um ideal de relação entre Estado e sociedade marcada pelo autonomismo, não mais pelo populismo – vivia aí, na inspiração em Weffort, na aposta do Cedec e nas suas trocas com grupos civis e políticos então em cena, uma das raízes intelectuais do longo ideário da democracia participativa no país (Teixeira, 2017).

A história intelectual da reflexão weffortiana nos mostra que ênfases e luzes sobre o populismo mudam *pari passu* a filiações e pontes intelectuais, acadêmicas ou não, com grupos não só da sociedade civil, mas também de justaposições e tensões deles com a sociedade política. Por volta de 1964, a reflexão se centra nas ausências sociológicas de massa que impediriam a realização de uma imaginada vocação revolucionária de classe no bojo do dito regime populista. Na inflexão rumo às escolhas, aquela deficiente não classe deixa de ser o aspecto central para dar vez a atores, à sua consciência e à sua autonomia, ou à falta delas.

Em seu conjunto, indo do regime ao sindicalismo populista, a produção de Weffort percorreu caminho igual e paralelo ao de outros acadêmicos e grupos de intelectuais da esquerda paulista que, nos 1970, foram das macrodeterminações a conjuntura, atores e política (Lahuerta, 2001). Não sem ironia, a descoberta da política veio, em Weffort, impregnada de uma recusa do Estado; uma renitente estadofobia costurava suas análises com efeitos longevos dicotomizantes: Estado *versus* sociedade civil – um “Estado forte das grandes burocracias públicas, aliado ao grande capital estrangeiro e nacional, que impõe uma autoridade praticamente ilimitada sobre a sociedade civil” (1979b: 12). Contra aquele Estado maldito e herdado, uma virtuosidade civil.

Tal cognição operava um paralelismo entre regimes autoritário e populista, bem como acachapava toda a história política e sindical, de 1945 a 1964, num rótulo comum e indevido.<sup>22</sup> Seja como for, o enquadramento weffortiano se impôs além da universidade, influenciando autores e atores que foram a um só tempo acadêmicos, civis e partidários, reverenciando-os na medida em que respondessem àquele autonomismo e à correspondente sociedade civil pretensamente autônoma, mas igualmente redentora (Lahuerta, 2001: 73). Vejamos, pois, como essas análises, ênfases e lógicas de interpretação permearam a gênese do debate brasileiro sobre movimentos sociais.



## O CONFLITO NO CENTRO DA ANÁLISE: HERANÇA E INOVAÇÃO EM MOISÉS

A trajetória da produção inicial de Moisés segue de perto a reflexão weffortiana. “Esta obra”, diz Fernandes no Prefácio a Moisés (1978),<sup>23</sup> “retoma não só as linhas de trabalho, mas a terminologia e as preocupações teóricas de Weffort” (1978: 11). Além de aprendiz e interlocutor de Weffort, Moisés esteve com ele não só na Universidade de São Paulo (USP), no Cebrap e na gênese do Cedec, como também nos esforços de constituição e vertebração do PT nos anos 1980 (cf. Keck, 1991). A publicação das reflexões aqui analisadas, *Greve de massa e crise política* e *A revolta dos suburbanos*,<sup>24</sup> veicula, além do parentesco entre ambos, expectativas e desafios vividos à origem do Cedec.

Ao colocar como questão norteadora o que chama de recuperação das tradições de lutas das classes populares, *Greve de massa e crise política* gira ao redor dos processos pelos quais essas classes foram capazes de se afirmar como atores históricos com vontade própria (Moisés, 1978: 19). As greves de 1953 em São Paulo servem assim como objeto da análise histórica, cujo “objetivo [é] indicar de que forma a História, isto é, o movimento real dos homens, modifica a estrutura” (1978:42). Na elaboração do problema, a inspiração weffortiana – seja na seleção de 1953 como conjuntura, seja na centralidade da questão da espontaneidade – lida como “sintoma de uma expressão histórica, da parte das classes populares”, a demandar direção política (Moisés, 1978: 20). Assim, seu problema teórico-político é o da tradução dada à ação espontânea, algo nada menos do que central ao movimento operário, se ele quiser se transformar em ator real na cena política.

Entre dilemas de consciência e organização, entre Lucáks e Gramsci, a greve é entendida como conflito entre classes. De modo interessante, não obstante traga um panorama das conjunturas política e econômica (1978: 71-80), o desenrolar do evento entre março e abril de 1953 é reconstruído no detalhe, dia após dia, sem subsumi-lo àquele panorama. Disparada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil e seguido dos metalúrgicos, a greve em poucos dias chegava a novas categorias: marceneiros, carpinteiros, trabalhadores de cervejarias e indústria de tinta. Na Praça da Sé, palco do conflito, digladiavam inúmeras vezes forças repressivas e grevistas, com vários feridos e presos.

Enquanto Vargas, seu gabinete, os partidos da base, governo estadual, Delegacia, Tribunal Regional do Trabalho e empresas propunham, todos em diferentes ritmos, negociações sem sucesso, a organização grevista se dividia, por fora dos sindicatos e em paralelo à liderança comunista, entre piquetes, comissões e um Comitê Central da Greve, chegando, no vigésimo dia, à formação de um Comitê Intersindical de Greve. Um ciclo operário de protesto

se alastrava país afora – da capital à grande São Paulo, passando pelo interior paulista e espicaçando noutras capitais.

A solução do conflito seguiu dupla lógica: institucional, sob a pena do Tribunal Regional do Trabalho, e extrainstitucional, sob a lógica da solidariedade e da radicalidade operárias, expressadas tanto na adesão e nos momentos mais tensos do confronto quanto na condição imposta pelo líder grevista de que os prisioneiros políticos fossem soltos, como o foram. Além de terem conseguido fazer, na marra, uma greve legalmente proibida, os trabalhadores lograram uma reforma no gabinete de Vargas, levando João Goulart ao Ministério do Trabalho, e também, como desdobramento do Comitê Intersindical, uma institucionalidade que duraria ao menos até 1964.

Essa reconstrução de Moisés é *sui generis* pelo esforço narrativo dedicado ao conflito e seus atores. À conclusão, porém, duas tendências sintetizam tudo. Uma delas é ligada aos trabalhadores com tendência espontânea à radicalização e sem liderança definida; a outra, ligada ao desempenho extremamente ambígua do PCB, no seu papel de estimular e controlar os trabalhadores (1978: 92-93). Mais uma vez, a tese populista e a razão autonomista compunham a chave pela qual era lido o caso. A despeito de veicular possibilidades de uma política clara de organização autônoma em relação ao Estado, a greve, em razão daquela ambiguidade, teria resultado no fortalecimento do populismo (Idem: 93-94).

No seminário de 1977, todavia, junto com seus pares cedequianos, a potência e a espontaneidade vistas em 1953 lhe ensinavam algo mais fundamental, caro à aposta do Cedec quanto ao papel dos trabalhadores na transição: que as relações entre espontaneidade e direção política são “fundamentais para definir as funções de representação de qualquer partido que se proponha a liderar a classe operária” (Moisés, 1978: 151). Diante de Moisés, de seus inspiradores e interlocutores, era esse era um dos desafios teórico-políticos então postos e autopostos.

Naquele mesmo ano do seminário, o Cedec abria sua primeira coleção de livros com a publicação de *Contradições urbanas e movimentos sociais*, organizado por Moisés, no qual vinha a lume *A Revolta dos suburbanos, ou “Patrão, o trem atrasou”* (Moisés e Martinez-Alier, 1977). Na apresentação, lê-se que, entre os textos publicados,<sup>25</sup> a reflexão de Moisés e Martinez-Alier era a mais fiel às preocupações intelectuais do Cedec (Weffort, 1977: 10). Acusando parte das ciências sociais de elitismo, esse Weffort em nada lembra aquele das faltas da massa tal como caracterizada nos 1960 e se questiona, no ritmo daquela inflexão, por que a espontaneidade popular era lida só em termos negativos como instinto ou falta de organização.

É contra tal visão elitista que se dirige a análise dos episódios de quebra-quebras e deprecação de ônibus e trens nas capitais carioca e paulista, em especial entre 1973 e 1975. Analogamente à análise de 1953, após um panorama dos acidentes e dos incidentes, bem como de feridos e mortos em quase uma década, a dinâmica das revoltas ocupa o núcleo da análise, na qual são (o)postos os atores: usuários, rebelados; o Estado e seus agentes, que reagem para conter os acontecimentos; e as empresas e seus trabalhadores.

Longe de serem protestos cegos, essas revoltas não se reduzem à mera destruição dos meios de transporte; são, antes, dirigidas contra o Estado, respondendo a anseios coletivos (Moisés e Martinez-Alier, 1977: 30). Quer dizer, a massa é dotada de razão. “Essa massa popular não é um aglomerado casual de pessoas [...]. Não existe organização prévia, mas existe uma identidade de condição e de propósito [...]. Esse sentimento de identificação se manifesta em formas diversas de solidariedade” (1977: 41). Massa – note-se – racional, solidária e prenhe de simbolismo. Antecipando Melucci, a dupla vê nos eventos e nos depoimentos revoltosos a natureza simbólica desses movimentos (Idem: 33-ss). Na resposta de um presidente militar, por exemplo, veem a fabricação de um povo como interlocutor válido do Estado.

A *revolta dos suburbanos* foi reconhecido por sua veia pioneira (Machado e Ribeiro, 1985). Moisés e Martinez-Alier inovaram conceitualmente ao entrar no debate dos movimentos sociais urbanos, marcando a gênese do Grupo de Trabalho homônimo na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), em 1979. Saem Lukács e Gramsci, entram Castells, Lojkin, e com eles as relações entre capitalismo e contradições urbanas (Moisés e Martinez-Alier, 1977: 44-53), para inquirir o peso dessas últimas no acirramento da reprodução das relações de produção.

Se bem que elogiada por seu pioneirismo, essa análise foi também criticada por se fixar na polarização Estado *versus* sociedade, negligenciando a variedade de formas assumidas pelas relações entre protestos e movimentos sociais, de um lado, e representantes e instituições estatais, de outro (Santos, 1981). A herdada estadofobia levava a uma apreciação “um pouco pobre [do Estado], definido apenas como inimigo autoritário ou a mira contra o qual se movia a sociedade civil” (Cardoso, 1983: 321).

De signo urbano, a qualificação do conector operante entre Estado e sociedade civil deixou marcas indeléveis no debate brasileiro sobre movimentos sociais desde seu nascimento. Se não rompeu com aquela herança, os deslocamentos trazidos por *A revolta dos suburbanos* nos permitem ao menos notar que o fim dos anos 1970 está analiticamente a anos-luz da noção de manipulação e alienação das massas; antes, tratava-se de ver racionalidade na revolta, mais uma vez e ainda à espera de direção, pois a espontaneidade era

encarada pela via da organização das massas (Moisés e Martinez-Alier, 1977: 57). Assim, diante de intelectuais e núcleos como o Cedec e Moisés, emergiam mobilizações e personagens que, ao contrário de um elitismo, lhes traziam promessas, apostas, e, com elas, novos conceitos e categorias.

### NOVOS CONCEITOS EM CENA: CRÍTICA E ADESÃO À TESE POPULISTA EM PAOLI E SADER

O ciclo de greves operárias de 1978 marcou profundamente a transição democrática e a produção intelectual brasileira, representando para as ciências sociais – incluindo história e historiografia – uma ruptura (Paoli, Sader e Telles, 1983; Sader e Paoli, 1986), de modo a deslocar consensos e erigir novas descobertas. Não à toa, na esteira da descoberta da política vinha também a sociedade civil:

Descobriu-se, por exemplo, que o operariado brasileiro não é nem nunca foi atrasado e irracional, embora possa ser conservador; que a sociedade civil não é propriamente fraca nem o Estado brasileiro propriamente seu promotor (...); que o campesinato brasileiro não é uma sobrevivência, mas uma produção viva deste capitalismo (...); que as formas de resistência operária não se fazem em sindicatos, mas se aprendem na própria fábrica; que os povos indígenas não estão destinados a desaparecer (...) – em suma, que os dominados existem, têm voz própria (...), longe de serem alienados e passivos. (Paoli, 1987: 54)<sup>26</sup>

O ciclo de 1978 não cabia mais na chave da negatividade supostamente distintiva de nossa classe operária (Sader e Paoli 1986: 49) – imagem, como vimos, difundida por parte predominante da sociologia brasileira. A herança weffortiana nessa reviravolta é dúplice. Paoli e Sader, em *Sobre classes populares* ou na parceria com Telles em *Pensando a classe operária*, argumentavam que as greves e o pós-1978 mostravam sujeitos com impulsão própria, distanciando os trabalhadores da pecha de heteronomia e alienação (1986: 56; 60).

Nesse movimento teórico rumo a novas faces e dimensões da vida operária, a produção de Weffort – ou seja, aquele segundo, o de Contagem e Osasco – significou um ponto de inflexão (Paoli, Sader e Telles, 1983: 148) que o distanciava da sociologia das faltas e falhas de classe. *Participação e conflito industrial* foi elogiado por questionar a imagem do atraso atribuída a trabalhadores, sendo capaz de ver sua mobilização espontânea coletiva.

A interlocução com Weffort, contudo, não esteve isenta de críticas, em especial por parte de Paoli. Contrária à tese de *Origens do sindicalismo populista*, a socióloga argumenta que as lutas operárias pré-1964 podem não ter se pautado por ideais revolucionários nem de conquista do Estado, mas

tocaram no ponto essencial da experiência vivida de classe: [elas] tornaram visível e pública suas condições de trabalho e vida, fizeram circular as experiências reprimidas, ocuparam o espaço da produção, reatualizaram a reivindicação social negada pelos patrões e prometida pelo Estado. (1987: 97)

A crítica a Weffort nos permite observar um desvio de monta em relação àquela renitente estadofobia: “Imbricados na ideologia, no Estado, empurrados para a sombra, paralisados na concepção vigente, os trabalhadores viveram experiências e formularam interesses no interior disso tudo” (1986: 98-99). É a influência thompsoniana que ressoa nessa concepção de experiência e das dimensões fenomenológicas de classe que “não se esgota[m] na ideologia, ou nas lógicas e necessidades da produção e do poder, embora as suponham” (Paoli, 1987: 58). Em diálogo com outros críticos,<sup>27</sup> Paoli (1988) chegava à conclusão de que as leis trabalhistas não concorriam com uma classe imaginada; antes, constituíam uma cultura de classe assentada no eixo dos direitos e da sua reivindicação. Sujeitos, cultura, sentidos, direitos, cotidiano, subjetividade, identidade, imaginário – o debate guinava da estrutura à experiência (Sader, 1988: 37). Pelas mãos de Paoli e inúmeros outros, um leque categorial entrava em cena com *insights* capitais não só no debate dos movimentos sociais, mas também na história social brasileira.<sup>28</sup>

Todas essas categorias veiculam a recusa de um raciocínio típico da nossa imaginação sociológica – a heterogeneidade deixava de ser jugo e obstáculo a uma classe lida por viés *trop* estrutural para ser tida como constitutiva da sociedade brasileira e de suas desigualdades e manifestações de classe nos atores populares. “[Os] movimentos sociais ensinaram que a dominação não é um pacote pronto que dominados indiferenciados engolem” (Paoli, 1987: 56). Ou seja, na implicação análoga em Sader, os manipulados também manipulam (1988: 110). Heterogêneos e dotados de agência – era assim que Paoli e Sader viam trabalhadores e movimentos.

À raiz dessa postura interpretativa, suas inspirações se situam em meio a três tendências cruzadas. Nutrem-se, em primeiro lugar, da interlocução com achados e avanços antropológicos e historiográficos, respectivamente, na USP e no Museu Nacional, bem como na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na Universidade Federal Fluminense (UFF).<sup>29</sup> Também se nutrem da pluralização e das pugnas então vividas pelo marxismo, cujo exemplo da descoberta por parte da intelectualidade brasileira da política e da sociedade civil era só um caso num conjunto mais amplo de críticas (britânicas, em especial) a certa moda estruturalista. Por fim, e de modo mais importante, tem uma de suas raízes em Chauí e na crítica democrática de Lefort e Castoriadis de repensar o marxismo e as esquerdas sob o risco de recair no lado de lá do par socialismo ou barbárie.

Por um lado, no âmbito do pensamento marxista revisado, a necessidade de reconhecer e afirmar a heterogeneidade criativa das formas de manifestação do conflito social era corolário da crítica lefortiana à figura stalinista do *uno*. Vem daí, do imperativo de um social já heterogêneo e de seu caráter constitutivamente cindido, o elogio de Chauí (1979) à cultura popular, ela própria dividida e ambígua, resistente e conservadora, sem uma essência dada *a priori*, mas prenhe de potencial para invenção democrática. Por outro lado, face à transição, a crescente liberdade política e o retorno de exilados reabriram o leque de alternativas e estratégias pelas quais as esquerdas, acadêmicas e partidárias, então descobrindo a sociedade civil, iriam se relacionar com os movimentos sociais. Porém, à diferença de Moisés, que via protestos e movimentos no registro da falta de organização e da necessidade de direção, a aposta elaborada por Chauí e Sader, e na esteira deles, consistia na crítica do vanguardismo (Garcia, 1988: 319).

A seus olhos, não faltava nada aos movimentos sociais, que não estavam à espera de um partido ou líder iluminador. O respeito à reivindicação de autonomia dos movimentos era lido como condição para, via partido, realizar sua potência democrática – sob risco de, do contrário, bloqueá-la (Chauí, 1988: 14). Não deixa de ser irônico que esse grupo (Sader, em especial) tenha levado a fama de autonomista no debate ulterior, mesmo que, no Cedec e no PT, sua visão sim autonomista fosse bem mais matizada e muito menos espontaneísta do que visões correntes e concorrentes.

É nesse feixe de dilemas que a obra-prima de Sader se inscreve. Considerando os movimentos sociais como reconfigurações de classe na cena pública, o autor se afasta daquela diapasão das contradições urbanas, pois “não se pode deduzir orientações e comportamentos de condições objetivas dadas” (Sader, 1988: 42). Esse é um avanço analítico de peso que, por sua vez, requer noções como identidade, experiências e sujeitos coletivos (43-56). Essa inovação categorial, contudo, não implicou uma alternativa à tese populista. A atribuição da novidade a certos atores dependeu da adesão àquela versão acachapante de Weffort. “Uma comparação com padrões existentes no período 1945-64 (...) ajudaria bastante na compreensão do problema [da autonomia]”; diz ele, dos trabalhadores organizados, “[que] ganhavam sentido através do discurso estatal (...) dominante, getulista. Ou, então, (...) através da unificação operada pelo partido [comunista]” (Sader, 1988: 198).

Longe de ser pontual, há uma linha argumentativa sub-reptícia que faz as vezes de pano de fundo histórico *taken for granted* costurando toda a obra. Em fins dos anos 1970, “anunciava-se o aparecimento de um novo tipo de expressão dos trabalhadores, que poderia ser contrastado [...] com o populista, após 1945” (1988: 36-37). No pré-1964, a esfera pública não era, para Sader, o lugar de constituição de sujeitos auto-organizados, mas de uma massa

indiferenciada. Seria possível pensar a identidade dos trabalhadores como formada pelo getulismo, porém ela expressa sua subordinação a um projeto exterior.

Assim, a adjudicação heterogênea da sociedade civil e de atores dotados de agência caberia a poucos. Novos personagens produzem sentidos, enquanto velhos ganham sentido alheio. Alguns, tidos erroneamente como manipulados, são capazes de elaborar suas experiências e identidades, ao passo que outros seriam de fato manipulados.<sup>30</sup>

O peso da tese populista na primeira geração do debate sobre movimentos sociais não pode ser subestimado. ‘No período populista...’ é a forma textual pela qual autores operaram a clivagem novos/velhos. Naquele passado imaginado, “as relações clientelistas desenvolveram-se em sua forma clássica, na política de favores, [e nele] as creches entram como equipamento de assistência” (Gohn, 1985: 153-154). Os movimentos no campo tampouco escaparam. “Até 1964, observa-se a história de uma luta pela tutela política do sindicato camponês ainda incipiente, entre o populismo, o PCB e a Igreja Católica” (Scherer-Warren, 1987: 44). Entre os excluídos da novidade, as Sociedades de Amigos de Bairro foram as que mais sofreram, resumidas a clientelismo e participação controlada na chave autonomia *versus* cooptação (cf. Jacobi, 1983).<sup>31</sup> Já os “novos movimentos se caracterizam por suas lutas para romper com os esquemas populistas do passado” (Scherer-Warren, 1987: 42).

Note-se, porém, que a adesão à tese populista não ficou restrita a teóricos que queriam ver novidade nos movimentos de então. Mesmo os críticos do chamado autonomismo partilhavam da leitura acachapante daquele padrão socioestatal de interação pré-1964.<sup>32</sup> Enriquecido por novas categorias e dividido entre autonomistas e institucionalistas, nascia o debate sobre movimentos sociais enraizado no solo comum do passado populista.

Feitas as contas, a interpretação do pré-1964 de *O populismo na política brasileira* se tornava, ao longo dos 1980, hegemônica (Santanna, 1998), na universidade e fora dela. Face a esse sucesso político-intelectual, aquela invenção de uma sociedade civil (Weffort, 1988 [1983]) pode ser agora entendida. Parecia politicamente necessário inventar uma redenção civil pela conjuntura autoritária e contra ela, ao mesmo tempo que a compreensão do histórico de lutas e atores era intelectualmente obliterada por um raciocínio estadofóbico que acachapava nuances do conflito social num antigetulismo quase declarado ou lhes esganava no antipecebismo. Desse ‘passado’, desse vazio suposto e imposto pela análise, nascia a autocompreensão de nossa sociedade civil – virtuosa... Se o esforço historiográfico posterior mostrou adequadamente, a nosso ver, limites e erros dessa tese, ela precisa ser, ainda assim, entendida na sua história, ou seja, no rol de apostas e disputas das quais fez parte e saiu, goste-se ou não, vencedora. A força da herança de Weffort mostra mais que uma dupla hermenêutica.

Além de ter interpelado a autoimagem do novo sindicalismo e do petismo nascentes, informou várias apostas gestadas dentro e fora do Cedec, dentro e fora do PT, sobre sentidos, limites e atores de nossa redemocratização, tendo tornado o passado populista um pilar fundante do debate das ciências sociais brasileiras quando parte delas passou a ser cognitivamente apta a ver, com novos conceitos, ‘novos’ personagens.

## DUAS CONCLUSÕES

A primeira ordem de consequências extraídas de nossa análise diz respeito às contribuições de uma história intelectual centrada na tensão entre ideias e política para a compreensão de nossas ciências sociais. Ao desatrelar a atividade intelectual de departamentos e programas de pós-graduação, uma sociologia das ideias e dos intelectuais deu acesso a enraizamentos e efeitos das disputas político-intelectuais frente a atores e grupos civis e político-partidários. Analiticamente, opera-se a crítica ou o deslocamento de noções como a de campo acadêmico, que reproduz o equívoco de tomar o desenvolvimento teórico pelo desenvolvimento institucional (Santos, 2017: 129).

No quadro de uma história intelectual que persegue categorias e lógicas, com suas heranças e inflexões, é central a posição ocupada pela noção de aposta. Defronte a horizontes políticos, não restritos à transição,<sup>33</sup> os cientistas sociais se nutrem de processos, eventos e atores, para neles ver potências e fazer suas apostas. No caso específico da análise dos movimentos, contudo, Chauí e Sader não falam em aposta; preferem dizer “promessas”, que demandam interpretação e não devem ser julgadas (Chauí, 1988: 16). Ora, não foi somente a ação dos novos personagens que lhes trazia promessas; foram esses intelectuais, assim como tantos outros, em diversos núcleos civis e partidários, que projetaram suas apostas sobre aqueles e outros personagens.

A dupla hermenêutica das ciências sociais é, afinal, dupla. As formas de identificação dos próprios atores se espelhavam, como se espelham, nas categorias dos autores. Eles o sabem. Contra teorias que sujeitavam trabalhadores, criticaram a sociologia do ‘atraso’ que “colou-se ao real que nomeou” (Sader e Paoli, 1986: 41).<sup>34</sup> Na revista do Cedec, Weffort disse e repetiu que a questão do populismo era um ajuste não só pretérito dele e do próprio público (o novo sindicalismo) que lhe inspirava e nele se inspirou. Promessas e apostas, desgostos e expectativas – nada disso é acessível a noções universitarizantes e disciplinarizantes da vida intelectual.

Nestes termos, o contexto da história das ciências sociais não é um campo, e sim laços entre intelectuais e grupos organizados, na universidade e fora dela, em suas reciprocidades e



descontinuidades, que operam como mediações, configurando o solo da vivência e da formulação de dilemas, problemas e apostas político-intelectuais.

A segunda ordem de consequências do caso analisado diz respeito à gênese do debate de movimentos sociais que pode, por sua vez, inspirar uma agenda de pesquisa. De modo análogo ao sentido assumido alhures (Alonso, 2009), a marca de nascença do debate brasileiro foi o abandono de uma versão negativa do protesto e da mobilização, passando, notadamente em Moisés, a uma leitura positiva dos atributos de racionalidade e solidariedade de movimentos e episódios de convulsão social.

Na obra de Paoli e Sader, a emergência de categorias inovadoras e intermediárias espelha e aprofunda o ritmo em que vinha a descoberta da política, dos atores e das conjunturas, cujo início remontava a pesquisas no Cedec e, pouco antes, no Cebrap. Traço não menos interessante nessa gênese é a afluência de várias disciplinas e abordagens de maneira a contribuir para o incremento dos conceitos em cena. Da filosofia à história social, entre psicanálise e antropologia, deslocando e reorientando os marxismos, viam-se empréstimos e inovações teóricas, mais uma vez, inacessíveis a um olhar centrado em campos autônomos ou relativamente autônomos.

Numa relação dúplice, a crítica aos limites de Weffort quanto ao sindicalismo entre 1945 e 1964 parece ter sido contornada pela hegemonia da tese populista, compartilhada não só pelos dois lados do debate movimentalista, mas também, no âmbito do debate sindical, por analistas mais céticos ao novo sindicalismo.<sup>35</sup> Seja como for, aquela estodofobia renitente ganhou destinos diferentes. Na história social do trabalho e dos trabalhadores, parece ter sido bem mais matizada e criticada do que nas análises dos movimentos sociais, por sua vez, divididas entre autonomismo e institucionalismo. O fato de essa herança bipartida ter tal história, no entanto, não nos obriga a reescrevê-la nos mesmos termos.

Se, por força da tese weffortiana, a aversão ao Estado marca tal gênese, reservando o novo apenas a atores e mobilizações enquadrados por aquela cognição, e se parte da pugna teórica se inspirou nas reivindicações de autonomia em voga, essas não são razões para seguir hoje mimetizando categorias nativas a obstaculizar as análises (Lavalle e Szwako, 2015). Enfim, todo esse conjunto de disputas e cenas que envolveu intelectuais, livros, artigos, periódicos, associações civis e acadêmicas, partidos e Estado pode informar uma agenda e uma história renovada das relações entre ciências sociais e redemocratização, com a condição de se manter disposto a aproximar, e não afastar, intelectuais e política.

## NOTAS

**1** Agradecemos aos pareceres anônimos de *Estudos Históricos* e, em especial, a A. M. Cardoso, A. Brasil, C. Lynch e C. Buarque, pela interlocução decisiva, e deixamos claro que somos responsáveis por possíveis equívocos no texto. Agradecemos também pela gentileza e pela paciência de Rosângela Salles e Eunice Castelao no acesso a documentos.

**2** Não partimos de uma abordagem como a da história dos conceitos nem visamos, portanto, fazer uma história do conceito de populismo, assim como não almejamos o debate atual sobre populismos e neopopulismos. Para excelentes contribuições nesses temas, ver Jasmin e Feres Jr. (2006) e Laclau (2013).

**3** Contextualismo e textualismo delinham estilos de pensar a produção intelectual com focos e ênfases distintos, porém complementares, que afastam duas “abordagens que poderiam ser designadas como sociologia dos intelectuais e história das ideias” (Jackson e Barbosa, 2017: 237).

**4** Parte do trabalho de extirpar conteúdos políticos das lógicas de produção intelectual é analiticamente operada por noções (autonomizantes) afins à de campo. Veja-se, por exemplo, o peso dado à ideia de mercado cultural no caso da USP, completamente estadualizada e sem prejuízo da autonomia acadêmica (Miceli, 2001 [1989]:106). Para uma crítica a tal concepção, ver Pecauc (1990: 18).

**5** Ver, em especial, Toledo (1977).

**6** Pelo prisma autonomizante, F. Fernandes teve como fito erigir o campo da disciplina sociológica (Arruda, 1995: 145).

**7** Para uma análise de campos apartados que interagem, ver Perruso (2010: 260-ss).

**8** Especialmente nos 1970, cf. Kaysel e Mussi (2017).

**9** Cf. “Havia algo de comum [...] entre estes autores [Ianni e Weffort]: o ataque metódico contra as tradições trabalhistas e seus sócios menores, os comunistas do PCB” (Reis, 2001: 364).

**10** A resiliência do autoritarismo e o reconhecimento avançado de que o regime não contradizia a modernização econômica e social fizeram com que, apenas durante os anos 1970, na esteira de Fernando Henrique Cardoso e seus colegas cebrapianos, as teses revolucionaristas fossem revistas, matizadas ou descartadas. Uma pista do teor revolucionário das teses uspianas dos 1960 pode ser vista na ideia de que a conjuntura econômica ao redor de 1964 “só admite três saídas: a) deflação; b) reformas revolucionárias da estrutura econômica; c) uma combinação das precedentes. Se a classe operária, liderando as massas, assumir o poder, efetuar-se-ão mudanças para novas transformações que acabarão por levar o país ao socialismo” (Singer, 1965: 123).

**11** “Os capítulos que compõem esta obra foram redigidos durante o segundo semestre de 1963. Os acontecimentos políticos do corrente ano [1964], especialmente os idos de março e abril, inserem-se perfeitamente no quadro das interpretações aqui desenvolvidas” (Ianni, 1965: s/p).

**12** “O *populismo, nestas formas espontâneas* [no caso, formas ideológicas do janiismo], é sempre uma forma popular de exaltação de uma pessoa que aparece como a imagem desejada para o Estado” (Weffort, 1978: 38) [Grifo no original].

**13** Ver Weffort (1978: 57-58).

**14** Em nota, refere-se a “análises globais disponíveis sobre o Estado brasileiro [que] são marcadas frequen-

temente por uma acentuada intenção normativa (pensamos particularmente nos trabalhos de Hélio Jaguaribe e de Guerreiro Ramos)” (Weffort, 1978: 66).

**15** Para uma ideia de certa continuidade intelectual do Ibsp e do Iseb, ver Schwartzman (s/d).

**16** Weffort (1978: 84-85).

**17** Lynch (2011: 35).

**18** Seria possível, seguindo Botelho (2007), sugerir hipoteticamente como essa *estadofobia* constitui problema central de uma sequência da sociologia política brasileira, na qual as interpretações do Weffort da década de 1960 se alinham cognitivamente tanto à produção de Marilena Chaui nos tempos da transição democrática quanto à de Francisco de Oliveira no que concerne aos governos Lula.

**19** Texto publicado na *Revista de Cultura Contemporânea*, dividido em três trechos complementares e correspondentes a Weffort (1978b, 1979a e 1979b).

**20** Santanna (1998: 24).

**21** Siqueira e Fernandes (1976: 51 e 54).

**22** Indevido é a conclusão a que leva os críticos da tese populista. Ver Gomes (2001) e Ferreira (2001).

**23** Embora a publicação de “Greve de massa e crise política” date apenas de 1978, o conteúdo empírico central do livro, sobre os eventos de 1953, ganhou a primeira redação em 1971, tendo uma primeira versão publicada em 1976, na *Revista Contraponto*, e, sob forma avançada, no terceiro capítulo do livro (Moisés, 1978: 67-94). Já o quinto capítulo (123-152) traz observações e contribuições à outra versão do texto discutida, em 1977, em seminário do Cedec (Moisés, 1978: 123).

**24** “A revolta dos suburbanos ou ‘Patrão, o trem atrasou’” (Moisés e Martinez-Alier, 1977).

**25** Entre eles, “Acumulação monopolista, Estado e urbanização”, no qual o diagnóstico de F. de Oliveira dá pistas daquela cognição dicotomizante: “As formas do conflito social são novas. As classes populares, soldadas pela dialética da reprodução ampliada do capital, já não se dirigem ao Estado; dirigem-se contra o Estado” (Oliveira, 1977: 75).

**26** Não obstante tenha sido apresentado no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e rapidamente publicado numa série dessa mesma instituição em 1982, “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros” saiu em livro apenas no fim da década de 1980 – não por acaso, organizado por um antropólogo. Ver Leite (1988).

**27** Citando expressamente “Burguesia e trabalho” de A. C. Gomes.

**28** Chalhoub e Silva (2009). Como nosso foco neste texto recai sobre o peso da tese populista no debate de movimentos sociais – e também por motivos de economia textual –, não temos como lidar com a importância inequivocamente relevante da história social do trabalho para o desenvolvimento de agendas e categorias analíticas de nossas ciências humanas e para a crítica a Weffort.

**29** Quanto à antropologia, referências obrigatórias na interlocução e no dissenso interpretativo eram E. Durham e R. Cardoso, enquanto José Sérgio Leite Lopes foi interlocutor privilegiado de Paoli. Quanto à historiografia, ver *Movimento operário brasileiro 1900/1979*, em especial o texto de por H. Hirata que, como Paoli, questionou as conclusões de Weffort.

**30** Especificamente quanto à noção de manipulação, *Ideologia e populismo*, de G. Debert (2008 [1979]), não por acaso inspirado pelos *insights* da antropologia e da virada linguística, nuançou o chamado discurso populista ao mostrar que as diferentes noções de povo correspondem a diversos políticos populistas. Embora não trate de movimentos sociais, essa obra é também exemplo da reviravolta conceitual que atravessava nossas ciências sociais e da posição então destacada da produção weffortiana nelas.

**31** A reconstrução da trajetória da produção de P. Jacobi, ao longo da década de 1980, poderia nos mostrar uma inflexão interna e rica, que passa inicialmente de uma postura autonomista a uma autocrítica de tom institucional e interacionista.

**32** “À diferença da mobilização que caracterizou os anos pré-1964, aquele ano [1978] parecia inaugurar um interesse generalizado pelos valores democráticos” (Boschi, 1988:13).

**33** Na contramão da autoimagem uspiana, veja-se uma análise das relações entre sociólogos, ação política e laços com a política estadual em Romão (2006).

**34** “O conhecimento dos discursos sobre a sociedade e a história assume importância fundamental porque condiciona o próprio objeto que nomeia, entranhando-se em seu acontecimento” (Sader e Paoli, 1986: 41).

**35** Almeida, 1983.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria H. T. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, n. 76, 2009.

ARRUDA, Maria A. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’. *História das Ciências Sociais*, v. 2, São Paulo: Idesp/Fapesp, 1995.

BASTOS, Elide R.; BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. *Dados*, v. 53, n. 4, 2010.

BOSCHI, Renato. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1987.

BRANDÃO, Gildo M. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, 2005.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHAUI, Marilena. Cultura do povo e autoritarismo das elites. *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez e Moraes/Educ, 1979.

\_\_\_\_\_. Prefácio. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio: Paz e Terra, 1998.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n. 26, 2009.

COHN, Gabriel. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

- DEBERT, Guita. *Ideologia e populismo*: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008 [1979].
- FERNANDES, Florestan. Prefácio. *Greve de massa e crise política*: estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo (1953-54). São Paulo: Polis, 1978.
- FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FILHO, Daniel A. Reis. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GARCIA, Marco A. *Posfácio*. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- GOHN, Maria da G. *A força da periferia*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOMES, Ângela C. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HOLLANDA, Cristina B. Os cadernos do nosso tempo e o interesse nacional. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, 2012.
- IANNI, Octavio. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- JACKSON, Luis; BARBOSA, Darlan. Histórias das ciências sociais brasileiras. In: MARTINS, Carlos Benedito; MICELI, Sérgio (orgs.). *Sociologia brasileira hoje*. Cotia: Ateliê, 2017.
- JACOBI, Pedro. Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo. In: BOSCHI, Renato Raul (org.). *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- JASMIN, Marcelo; FERES JR., João (orgs.) *História dos conceitos*: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Loyola/IUPERJ, 2006.
- KAYSEL, André; MUSSI, Daniela. Populismo, sindicalismo e democracia: a polêmica entre F. Weffort, C. E. Martins e M. H. Tavares de Almeida (1972-1978). *41º Encontro anual da Anpocs*, 2017.
- KECK, Margareth. *PT, a lógica da diferença*. São Paulo: Ática, 1991.
- LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, v. 8, n. 14/15, 2001.
- LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LAVALLE, Adrian Gurza; SZWAKO, José. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública*, v. 21, n. 1, 2015.
- LYNCH, Christian. Saquaremas e Luzias: a sociologia do desgosto com o Brasil. *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, v. 55, 2011.
- LOPES, José L. *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.
- MICELI, Sérgio. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Idesp, 1989.
- MOISÉS, José A. *Greve de massa e crise política*: estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo (1953-54). São Paulo: Polis, 1978.

MOISÉS, José A.; MARTINEZ-ALIER, Verena. A revolta dos suburbanos ou "Patrão, o trem atrasou". In: MOISÉS, José A. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec, 1977.

PAOLI, Maria Célia. *Labor, Law and State in Brazil (1930-1950)*. Tese (Ph.D) – Universidade de Londres, Londres, 1988.

\_\_\_\_\_. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite. *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

\_\_\_\_\_. ; SADER, Eder; TELLES, Vera Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 1983, p. 1291-49.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PERRUSO, Marco A. Em busca do "novo": movimentos sociais no pensamento social brasileiro dos anos 1970/80. *Perspectivas*, São Paulo, v. 37, 2010.

ROMAO, Wagner. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do Cesit*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2006.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. ; PAOLI, Maria Célia. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro: notas de leitura sobre acontecimentos recentes. In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SANTANNA, M. O "novo" e o "velho" sindicalismo: análise de um debate. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 10, n. 11, 1998.

SANTOS, Carlos N. F. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, Wanderley G. *A imaginação política brasileira: cinco ensaios de história intelectual*. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse. *Uma revolução no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHWARCZ, Lilia; BOTELHO, André. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. *Lua Nova*, n. 82, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os Cadernos do Nosso Tempo*. Brasília: UnB/Câmara dos Deputados, s/d.

SILVA, Luiz A. Machado da; RIBEIRO, Ana C. Paradigma e movimentos sociais: por onde andam nossas idéias? *Ciência Sociais Hoje*, São Paulo, 1985.

SIQUEIRA, Ronaldo; FERNANDES, Carmen. Resenha crítica do livro de Francisco C. Weffort *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco (1968)*. *Contraponto – Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nutels*, Rio de Janeiro, 1976.

SZWAKO, José. A tarefa da crítica ou Frankfurt nos trópicos. In: SILVA, Josué (org.). *Sociologia crítica no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2012.

SINGER, Paul. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

TEIXEIRA, Ana C. *Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010)*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

TOLEDO, Caio N. *Iseb: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

WEFFORT, Francisco. Carta à redação: resposta de Francisco Weffort à resenha crítica de seu livro *Participação e conflito industrial*. *Contraponto – Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nutels*, Rio de Janeiro, 1976.

\_\_\_\_\_. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964. *Revista de Cultura Contemporânea*, São Paulo, v. 1, p. 7-13, 1978b.

\_\_\_\_\_. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964. *Revista de Cultura e Política (segunda parte)*, São Paulo, v. 1, p. 15-25, 1979a.

\_\_\_\_\_. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964. *Revista de Cultura e Política (terceira parte)*, São Paulo, v. 1, p. 11-18, 1979b.

\_\_\_\_\_. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do pós-guerra. *Estudos Cebrap* 4, São Paulo, 1973.

\_\_\_\_\_. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968. *Cadernos Cebrap*, São Paulo, v. 5, 1972.